

SUMÁRIO

Abreviaturas	13
Introdução.....	15
A. Questões Terminológicas.....	17
Capítulo 1	
O Direito ao Ambiente Equilibrado como Direito	
Fundamental	23
1. A Evolução dos Direitos Fundamentais e o Reconhecimento	
do Ambiente como Direito Fundamental	23
1.1. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948):	
O Reconhecimento do Ambiente como Direito Fundamental;	
e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos,	
Sociais e Culturais (1966).....	24
1.2. Declaração sobre o Meio Ambiente Humano – Declaração	
de Estocolmo (1972).....	25
1.3. Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o	
Desenvolvimento Sustentável (Rio-92).....	26
1.4. Direito Ambiental como Direito Fundamental	27
2. O Dever Estatal de Proteção ao Ambiente	37
2.1. Dever Normativo	37
2.1.1. A Tutela Constitucional do Ambiente e sua	
Regulamentação Infraconstitucional	38

2.1.2. A Questão Ambiental nas Constituições Pretéritas.....	39
2.1.3. Traços Comuns das Constituições Brasileiras anteriores à Carta de 88.....	41
2.1.4. A Questão Ambiental na Constituição de 1988	42
2.2. Dever Administrativo.....	51
2.3. Dever Jurisdicional	54
3. A Ação como Conduto de Participação do Cidadão na Proteção do Ambiente.....	56
3.1. Ação, Legitimidade para a Causa e Democracia Participativa.....	58
3.2. Ação Coletiva e Mandato de Segurança Coletivo	62
3.3. Ação Popular	63

Capítulo II

A Tutela Jurisdicional do Meio Ambiente	65
1. Técnica Processual, Tutela dos Direitos e Procedimentos.....	65
2. Tutelas Imprescindíveis ao Ambiente	68
2.1. Ilícito e Dano – Diferenciações.....	69
2.2. Tutela Inibitória	71
2.3. Tutela de Remoção do Ilícito	80
2.4. Tutela Ressarcitória	83
2.4.1. Peculiaridades do Dano Ambiental	84
2.4.2. Princípio da Precaução.....	86
2.4.3. Princípio da Prevenção.....	88
2.4.4. Tutela Ressarcitória na Forma Específica	90
2.4.5. Tutela Ressarcitória pelo Equivalente	98
2.4.6. A Onerosidade Excessiva.....	100
2.4.7. Necessidade de Comulação da Tutela Ressarcitória na Forma Específica com a Tutela Ressarcitória pelo Equivalente.....	101
2.5. Comulação entre as Tutelas Inibitória, de Remoção do Ilícito e Ressarcitória	102
3. A Construção do Procesimento Adequado à Concessão de Tais Tutelas.....	104
3.1. A Natureza Difusa do Direito Ambiental e a Aplicação do Art. 84 do Código de Defesa do Consumidor.....	106
3.2. Técnica Antecipatória e Multa	108
3.3. Concentração do Poder Executivo.....	112

4. Outros Procedimentos Hábeis à Tutela Jurisdicional	
do Meio Ambiente	115
4.1. Ação Popular	116
4.2. Mandado de Segurança Coletivo.....	119
4.3. Ação Covil Pública	123
4.3.1. Termo de Ajustamento de Conduta.....	130
Considerações Finais	133
Referências Bibliográficas.....	137